



Continuação  
b) Movimentação das debêntures

Instituições financeiras	31/12/2025	Captações		(-) Custo de transação		Amortização de principal	Pagamento de juros	31/12/2025
		(i) Juros amortizados	90.257	464	(4.817)			
		850.000	90.257	-	-	(75.572)	864.685	
		(5.281)	-	464	-	-	(4.817)	
<b>Total</b>		<b>844.719</b>	<b>90.257</b>	<b>464</b>	<b>-</b>	<b>(75.572)</b>	<b>859.868</b>	

(i) A disponibilização dos recursos em conta, ocorreu no dia 25 de abril de 2025.  
c) **Vencimento das debêntures:** O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago no longo prazo, são as seguintes:

2028	43.189
2029	153.690
Após 2029	653.121
(-) Custo de transação a amortizar	(4.120)
<b>Total</b>	<b>845.880</b>

**11. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 14 de fevereiro de 2025, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$665 mediante a emissão de 665.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, sendo totalmente integralizados nesta mesma data. Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 05 de maio de 2025, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$353.937, mediante a emissão de 353.936.494 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Nota 1.2). Em 02 de julho de 2025, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a redução de capital social sem o cancelamento de ações, no montante de R\$49.789, por jugá-lo excessivo para o objetivo da Companhia. A redução foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas realizada na data de 30 de junho de 2025, não havendo, portanto, impacto nos covenants. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$304.814 (R\$1 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 354.602.494 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. O capital social da Companhia integralizado é composto como segue:

	Ações ON	
	31/12/2025	31/12/2024
Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações	354.602.493	999
Quantum Participações S.A.	-	1.000
<b>Total</b>	<b>354.602.494</b>	<b>1.000</b>

As movimentações referentes ao capital social integralizado e a integralizar pela Companhia estão detalhadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Capital social inicial	1	1
Integralização do capital	354.602	-
Redução de capital	(49.789)	-
Capital social integralizado	<b>304.814</b>	<b>1</b>

b) **Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2025 foi realizado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade da média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuído aos acionistas controladores	75.188	-
Quantidade de ações (média ponderável)	233.309	1
Resultado por lote de mil ações	<b>0,32</b>	<b>-</b>

A Companhia não apresentou diferenças no cálculo do resultado básico e diluído por ação, visto que não possui instrumentos com potencial diluível.

c) **Política de dividendos:** Os acionistas têm assegurado conforme estatuto social da Companhia, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Além disso, a liberação dos recursos para pagamento de dividendos, caso utilize saldos da conta vinculada, fica condicionada ao atingimento do ICSD, igual ou maior que 1,15 (10,10).

Data	Dividendos	
	Ato societário	Deliberados e pagos
04/12/2025	AGE deliberação	13.000
23/12/2025	AGE deliberação	16.348
		<b>29.348</b>

d) **Destinação de resultados do exercício:** Os resultados apurados no exercício foram destinados as contas de reservas conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	75.188	-
(-) Reserva legal	(3.759)	-
	<b>71.429</b>	<b>-</b>

Dividendos mínimos obrigatórios - 25%  
Dividendos complementares distribuídos  
Reserva de lucro a realizar

	(17.857)	-
	(11.491)	-
	<b>(42.081)</b>	<b>-</b>

e) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia pode deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. f) **Reserva de lucros a realizar:** A reserva de lucro a realizar tem por finalidade evitar a distribuição de dividendos com base em lucros que ainda não se converteram em disponibilidade financeira para a companhia. Em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/01, os valores constituídos como reserva a realizar, quando realizados financeiramente, deixam de ser revertidos para lucros acumulados e passam a ser transferidos diretamente para a conta de dividendos a pagar, no passivo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucro a realizar corresponde ao montante remanescente de lucros acumulados, deduzido da reserva legal e dos dividendos deliberados durante o exercício. A destinação deste saldo será objeto de proposta dos administradores em Assembleia Geral, conforme previsto na legislação societária vigente.

Aos Acionistas e Administradores da  
**Quantum Mantiqueira Participações S.A.** - Rio de Janeiro - RJ  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Quantum Mantiqueira Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho financeiro, deixam de ser revertidos para lucros acumulados e passam a ser transferidos diretamente para a conta de dividendos a pagar, no passivo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucro a realizar corresponde ao montante remanescente de lucros acumulados, deduzido da reserva legal e dos dividendos deliberados durante o exercício. A destinação deste saldo será objeto de proposta dos administradores em Assembleia Geral, conforme previsto na legislação societária vigente.

**12. Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas são classificadas e apresentadas conforme sua natureza conforme segue:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	12.1	(1.240)	-
Despesas administrativas	12.2	(229)	-
		<b>(1.468)</b>	<b>-</b>

**12.1. Serviços de terceiros**

	31/12/2025	31/12/2024
Assessoria financeira	(170)	-
Auditoria	(850)	-
Assessoria jurídica	(102)	-
Consultoria	(118)	-
	<b>(1.240)</b>	<b>-</b>

**12.2. Despesas administrativas**

	31/12/2025	31/12/2024
Publicações	(224)	-
Impostos e taxas	(4)	-
	<b>(228)</b>	<b>-</b>

**13. Resultado financeiro:** O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.042</b>	<b>-</b>
Receita de aplicações financeiras	1.907	-
Atualização monetária créditos tributários	(102)	-
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(98.154)</b>	<b>-</b>
Juros e atualizações de debêntures	(90.257)	-
Pis e Cofins sobre JCP recebido (i)	(6.759)	-
Custo de captação das debêntures	(454)	-
Outras despesas financeiras	(674)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(96.112)</b>	<b>-</b>

(i) Por ser uma Holding pura no regime de apuração pelo Lucro Real há incidência de PIS e COFINS sobre o JCP recebido da coligada.

**14. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia ao risco a seguir mencionado, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) **Gerenciamento de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição ao seguinte risco advindo do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito, (ii) Risco de mercado, (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Risco de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.999	1
Conta bancária vinculada	5.1	33	-

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. *Risco de taxa de juros:* refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as despesas financeiras associadas as debêntures e sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Instrumentos financeiros por indexador</b>	<b>5.904</b>	<b>32</b>
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI) (nota 5)	5.904	-
Aplicações financeiras vinculadas (CDI) (nota 5.1)	32	-
<b>Passivos financeiros</b>	<b>864.685</b>	<b>-</b>
Debêntures (CDI)	864.685	-

**Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações ou elevação de 25% e 50% na variável de risco considerada. Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. **Ativos financeiros:** A Companhia estabeleceu cenários com deterioração ou elevação e calculou a sensibilidade das aplicações financeiras expostas aos cenários para remunerações médias mensais.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento das debêntures da Companhia, para suportar as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras. **Aquisição de investimento em Coligada:** Conforme divulgado nas notas explicativas 1.3 e 7, em 29 de abril de 2025 a Companhia adquiriu 50% das ações emitidas pela Mantiqueira pelo valor de R\$1.190.284 mil. A operação não transferiu o controle de Mantiqueira à Companhia, sendo assim, a investida é caracterizada como uma Coligada à luz do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (equivalente a IAS 28). Na aquisição do investimento, a proporção da participação adquirida do patrimônio líquido contábil da investida era de R\$1.211.782 mil e seu valor justo era de R\$1.190.284 mil, sendo o ajuste a valor justo de R\$21.498 mil. O investimento foi registrado pelo valor pago e será contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do investimento era de R\$1.187.379 mil. Devido à relevância da aquisição e a complexidade e julgamento envolvidos na identificação e determinação do valor justo, a referida aquisição foi considerada como área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura do contrato de compra; (ii) avaliação dos documentos internos preparados pela administração contendo a avaliação sobre a classificação contábil da investida como coligada, considerando a existência de influência significativa e ausência de controle; (iii) entendimento dos processos estabelecidos pela administração para a determinação do valor justo; (iv) procedimentos de auditoria sobre os saldos contábeis da Coligada na data base da aquisição; (v) avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra; (vi) com o apoio de nossos especialistas, analisamos a metodologia utilizada pela Companhia para a mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas relevantes adotadas e cálculos efetuados, confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado; e (vii) avaliamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a aquisição da Coligada, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela administração no reconhecimento dessa aquisição, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. **Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras** não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido da forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

**Passivos financeiros:** A Companhia possui debêntures remuneradas a CDI + 1,00 (%) a.a., e estabeleceu o cenário com elevação calculando a sensibilidade da remuneração mensal. Os impactos líquidos são demonstrados a seguir:

Operação	Fator de risco	Saldos contábeis em		Valores expostos em		Cenário provável (*)		25%	50%
		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	-50%	-25%		
Aplicações financeiras	CDI	5.904	5.904	440	660	880	1.100	1.320	
Caixa e equivalente	- vinculada	32	32	2	4	5	6	7	
Debêntures	CDI + 1,00(%)	(864.685)	(864.685)	(68.742)	(103.157)	(137.485)	(171.899)	(206.227)	
				(68.300)	(102.493)	(136.600)	(170.793)	(204.900)	
Taxas consideradas (ativos) (*)				7,45%	11,18%	14,90%	18,63%	22,35%	
Taxas consideradas (passivo) (*)				7,95%	11,93%	15,90%	19,88%	23,85%	

(\*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 14,90% para o período, de acordo com a série histórica da DI conforme B3.

As análises de sensibilidade têm como finalidade demonstrar o grau de exposição dos instrumentos financeiros da Companhia às variações em premissas de mercado. Essas simulações são elaboradas com base em estimativas e pressupostos relacionados a cenários futuros, os quais são periodicamente revisados pela administração da Companhia. Ressalta-se, contudo, que os valores efetivamente realizados podem divergir dos estimados, em razão da subjetividade inerente ao processo de elaboração dessas análises. ii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2025. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Valor contábil	Até 12 meses	Fluxo de caixas contratuais				
		2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	306	306	-	-	-	-
Debêntures	864.685	129.725	129.723	172.188	269.812	272.210
	864.991	130.031	129.723	172.188	269.812	272.210

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
<b>Passivos financeiros</b>	<b>Categoria</b>
Fornecedores	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

b) **Hierarquia de valor justo:** Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e identicos. • **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • **Nível 3** - *Premissas*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	Valor contábil	31/12/2025		31/12/2024	
		Em	Valor	Em	Valor
Aplicação financeira	Nível 2	5.904	5.904	-	-
Aplicação financeira vinculada	Nível 2	32	32	-	-
<b>Total</b>		<b>5.936</b>	<b>5.936</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Descritivo	Valor contábil	31/12/2025		31/12/2024	
		Em	Valor	Em	Valor
Debêntures	Nível 2	(864.685)	(865.833)	-	-
Fornecedores	Nível 2	(306)	(306)	-	-
		<b>(864.991)</b>	<b>(866.139)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**15. Contingências:** A Companhia não está envolvida ou é parte em ações de quaisquer naturezas, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável, possível ou remoto, com base na avaliação de seus assessores legais. Sendo assim, não há provisão a ser constituída ou contingência que exija divulgação em nota explicativa.

**16. Transações não envolvendo caixa:** Em 31 de dezembro de 2025 as principais transações que não envolveram caixa da Companhia, estão apresentadas no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição de coligada - Cessão de crédito	353.937	-

**17. Eventos subsequentes:** Em 06 de janeiro de 2026, foi aprovada, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a alteração da deliberação e pagamento de dividendos de R\$8.375 no seu acionista controlador. Os recursos utilizados são provenientes da conta vinculada, após a aferição do ICSD de 3,08x (três inteiros e oito centésimos), superior ao mínimo exigido de 1,15x (um inteiro e quinze centésimos).

Diretoria	
Daniel Araújo do Pinho - Diretor Financeiro e Relações com os Investidores	
Thais Rodrigues Ponciano - Controladora Responsável - CRC 15P-282352/O-0	

financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais estar em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2026.